

PMDB deixa Sarney, no máximo, 5 anos

O deputado Ulysses Guimarães transmitirá sábado ao presidente José Sarney uma avaliação preliminar da tendência do PMDB sobre a duração de seu mandato: 1) mantido o regime presidencialista, quatro anos; 2) adotado o parlamentarismo, cinco anos. Ulysses, que ontem avaliou a questão com os líderes Mário Covas, Luiz Henrique, Carlos Santana, e Fernando Henrique Cardoso, em almoço na sua residência na Península dos Ministros, informará Sarney das providências que estão sendo adotadas para uma aferição mais precisa do pensamento partidário. Na próxima terça-feira, por exemplo, a Executiva Nacional do partido convocará uma Convenção Nacional para debate e deliberação sobre o mandato de Sarney.

Em conversa com jornalistas no Planalto, Sarney se traiu em determinado momento, revelando sua expectativa em torno de um mandato de quatro anos, apesar da cúpula da Aliança Democrática estar trabalhando por cinco anos.

Na reunião da cúpula do PMDB, o senador Mário Covas reafirmou sua posição favorável a quatro anos, com a realização de eleição presidencial em novembro de 1988, mas ressaltou não dispor de uma avaliação segura de que esta seja a tendência da bancada do PMDB na Constituinte. O senador Fernando Henrique e o deputado Luiz Henrique endossaram a posição de Covas.

Ulysses enfatizou na reunião a necessidade dos principais dirigentes do PMDB uniformizarem posições, evitando a defesa de propostas divergentes como vem ocorrendo com bastante frequên-

cia. As reuniões das bancadas na Câmara (ontem à noite) e no Senado (hoje de manhã) foram apontadas como ponto de partida para a avaliação da tendência partidária. Na segunda-feira, na casa de Ulysses, uma reunião ampliada com os líderes e mais figuras de peso dentro do partido aprofundará a discussão interna e tomará as decisões a serem ratificadas na terça-feira pela Executiva Nacional.

Intensas negociações entre as diversas correntes partidárias viabilizaram a realização da reunião da bancada na Câmara sem maiores traumas. O líder do governo, deputado Carlos Santana tentou adiá-la, mas não conseguiu. Sua principal preocupação era de que a bancada precipitadamente e num clima emocional se definisse por diretas já. A cúpula do PMDB lhe tranquilizou: a proposta em exame seria apenas uma recomendação para a Executiva do partido convocar uma convenção nacional, excluída, portanto, qualquer deliberação sobre o mandato de Sarney.

Para evitar acirramentos nos debates, ficou também acertada uma gestão de desarme aos grupos que se preparavam para ataques organizados ao presidente Sarney e ao deputado Ulysses Guimarães. Este acordo reduziu significativamente a tensão dentro do PMDB, permitindo a direção do partido a realização de consultas num clima mais tranquilo. Tudo isto será relatado ao presidente Sarney, com um acréscimo consensual entre os líderes que se reuniram ontem na casa de Ulysses: O mandato será fixado com Sarney e não contra ele.



Sarney traiu-se ao explicar aos jornalistas os motivos da proibição do trânsito no 3º andar

Presidente afirma que fica por mais 2 anos

O presidente José Sarney, num ato falho, deixou escapar ontem, durante encontro com cinco jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, que ficará no poder por apenas mais dois anos. Ele explicou que a proibição aos jornalistas de circular pelo 3º andar, onde fica seu gabinete, era em função da "liturgia do poder", "minha permanência aqui é passageira. Fico mais dois anos e vou embora, mas a Presidência, como símbolo da pátria, é permanente e deve ser preservada". Para Sarney ficar apenas mais dois anos, é preciso que haja eleições para presidente em 1988.

Ao perceber que tinha revelado o prazo que imagina que lhe resta ainda do mandato, Sarney procurou corrigir-se sem se perturbar: "Posso ficar aqui mais dois anos, um ano ou seis meses, mas acho importante que vocês também procurem preservar a imagem do Palácio do Planalto. Não existe em lugar nenhum do mundo onde o gabinete do presidente é tão povoado como aqui no Palácio do Planalto", disse o presidente da República, explicando que a limitação não era imposta apenas aos jornalistas, mas também aos funcionários de outros setores do palácio.

Os cinco jornalistas — indicados pelo comitê — cobraram a falta de informações da Presidência, citando como exemplo o almoço que teve na terça-feira, no Palácio da Alvorada, com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves, só comunicado oficialmente pelo seu porta-voz às 20 horas. "Aquele foi um encontro privado do qual não pretendia extrair nenhum fato político. Se fosse essa a minha intenção eu teria feito um comunicado prévio", explicou Sarney.

Ele revelou que o encontro fora marcado por ele próprio através de telefonemas a Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves. Nesse almoço, ele cobrou dos dois uma definição sobre a duração de seu mandato, chegando a afirmar que sua paciência já havia se esgotado diante da indefinição da Aliança

Democrática.

Sarney somente liberou a informação sobre o encontro do Alvorada depois de ter sido informado que tanto Ulysses Guimarães como o ministro Aureliano Chaves haviam revelado o teor da conversa que tiveram com ele. As 20 horas, o porta-voz Frota Neto procurou os jornalistas credenciados para transmitir a versão oficial do Palácio do Planalto.

"O presidente cobrou da Aliança

Democrática uma definição sobre seu mandato porque sua paciência chegou ao máximo. Esta indefinição tem provocado sérios prejuízos à situação econômica interna e ao processo de negociação da dívida externa. O presidente quer que a definição seja política e não apenas legislativa. Ele está disposto a assumir, pessoalmente, o comando do processo sobre a duração de seu governo se a Aliança Democrática não o fizer", relatou o porta-voz.

Ao se despedir, ontem, dos jornalistas na porta do gabinete, Sarney alertou para a reunião da bancada do PMDB no Congresso: "O fato político de hoje é este encontro. Aqui no palácio não acontecerá nada".

Reivindicações

Embora continue a proibição para os repórteres circular pelo 3º andar, o presidente Sarney concordou com outras reivindicações, como a de conceder entrevista coletiva mensal, equipar seu gabinete com spots e equipamentos de som para serem usados em solenidades, liberação mais cedo dos atos oficiais e conceder entrevistas na base aérea de Brasília sempre que for viajar.

"Eu só não pretendo falar no desembarque em Brasília, porque os jornais do dia seguinte dão mais destaque às minhas palavras do que à viagem que acabei de realizar. Os jornais "matam" às vezes um fato importante para o país, como a inauguração de uma hidrelétrica, para destacar uma entrevista que eu venha a dar em meu desembarque", justificou Sarney.

Antes de terminar a audiência, o presidente Sarney aproveitou a presença dos jornalistas para, segundo ele, tratar de um assunto de interesse da categoria. "Quero dizer que pretendo rever meu veto ao projeto, aprovado pelo Congresso, que fixava o piso salarial dos jornalistas. Na época meu veto foi em função do Plano Cruzado. Agora, como essa razão não existe mais, pretendo enviar ao Congresso uma mensagem estabelecendo um novo piso salarial".

Nélio Rodrigues

Executiva decidirá mandato

A bancada do PMDB na Câmara decidiu, ontem à noite, por aclamação, encaminhar à Comissão Executiva Nacional, que se reúne na próxima terça-feira, uma sugestão para que convoque a Convenção Nacional do partido a fim de discutir o mandato do presidente Sarney. A intenção do grupo pró-eleição presidencial em 1988 era o de aprovar uma moção pela convocação da Convenção, mas teve que se contentar com uma solução intermediária por evidente falta de quorum para deliberar sobre a proposta do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ).

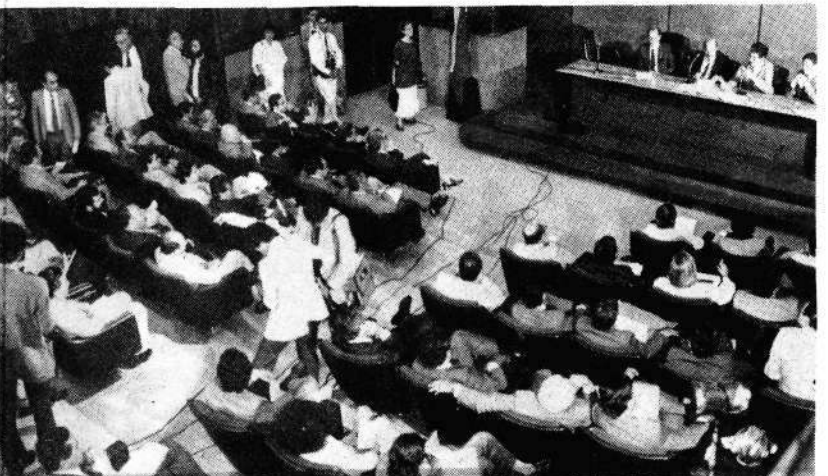
Dessa forma, caberá à Comissão Executiva decidir se convoca ou não uma reunião extraordinária da Convenção para fixar o mandato de Sarney. Segundo o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, a Executiva costuma levar em conta a média da posição do partido ao manifestar-se sobre propostas de grande interesse, mas até agora nenhum dos líderes peemedebistas sabe definir qual é a tendência entre deputados e senadores. O perfil da Comissão, no entanto, é pela eleição presidencial em 1988, à execução do presidente, deputado Ulysses Guimarães (SP) e o secretário-geral, deputado Milton Reis (MG), que defendem cinco anos para o presidente.

Diretas 88
A reunião da bancada na Câmara foi convocada, basicamente, para discutir a proposta do deputado Miro Teixeira (RJ) de convocação da Convenção Nacional,

no início de junho, para fixar o mandato de Sarney, possivelmente em novembro de 1988. O movimento das diretas em 88 tencionava aprovar na bancada a proposta de Miro, mas encontrou forte resistência do líder do governo, deputado Carlos Santana (BA), e do grupo "Centro Democrático" capitaneado pelos deputados Expedito Machado (CE) e Marcos Lima (MG), coordenadores das bancadas dos seus estados.

O líder e os dois coordenadores haviam ameaçado, durante a tarde, esvaziar a reunião, caso o deputado Miro Teixeira insistisse em votar sua proposta na bancada. Como Miro não recuou de sua pretensão, Carlos Santana, Expedito Machado e Marcos Lima articularam a saída do grupo "Centro Democrático", impossibilitando a votação da proposição do deputado fluminense. A lista de presença acusava a assinatura de 145 deputados, mas no auditório Nereu Ramos, da Câmara, o número de parlamentares não passava de 70, evidenciando a falta de quorum para deliberação.

Assim, para não ver sua proposta derrotada por falta de quorum, Miro Teixeira sugeriu que o plenário aprovasse a matéria, por aclamação, o que acabou ocorrendo. Isso significa que a proposição será encaminhada à Executiva Nacional em forma de sugestão e não mais como uma decisão da bancada de deputados aprovada pelo voto da maioria dos seus membros.



A bancada do PMDB não pôde decidir por falta de quorum

Até Bresser ajudou manobra

O líder do governo na Câmara, Carlos Santana, e os coordenadores da bancada de Minas, Marcos Lima, e do Ceará, Expedito Machado, conseguiram impedir ontem que o movimento pela eleição presidencial em 1988 saísse vitorioso na reunião da bancada de deputados do PMDB. Santana, Lima e Expedito trabalharam o dia todo para evitar que a bancada votasse a proposta do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) de convocação da Convenção Nacional do partido, em junho, para deliberar sobre o mandato do presidente Sarney.

Na articulação, houve inclusive a participação do ministro Bresser Pereira, da Fazenda, que reuniu a

bancada nordestina no Congresso, no mesmo momento em que os deputados peemedebistas iniciavam a discussão da proposta de Miro Teixeira, às 18h30.

Carlos Santana e o grupo "Centro Democrático", que diz contar com o apoio de mais de 100 parlamentares do PMDB, vinham agindo desde a semana passada pelo adiamento da reunião da bancada, mas não obtiveram sucesso. Ontem, porém, eles foram mais eficazes do que o grupo progressista, que não conseguiu se articular para aprovar a proposta de Miro Teixeira. No final, no entanto, a solução encontrada pelo próprio Miro foi uma espécie de "meia sola", que empalmeou a vitória do Centrão do PMDB.

Cúpula faz avaliação terça

A Comissão Executiva Nacional do PMDB, deverá reunir-se na próxima terça-feira (12) para analisar entre outras coisas, a posição expressa na reunião da bancada do partido, sobre a duração do mandato do presidente José Sarney e a possível convocação de uma convenção nacional — para fixar a data da eleição do sucessor do Presidente da República. A informação foi prestada pelo senador Afonso Camargo (PR), terceiro vice-presidente do PMDB, após conversar com o deputado Ulysses Guimarães.

O senador Afonso Camargo disse, também, que é intenção da executiva examinar a proposta do senador José Fogaça (RS), de realização de uma grande convenção nacional do partido, proximamente.

Outros assuntos que ainda deverão entrar na pauta da executiva, segundo o senador Afonso Camargo, são: a proposta do ministro Dante de Oliveira de realização de um grande plebiscito nacional, para ver o que os filiados do PMDB pensam sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

Righi pede a definição do regime

O presidente José Sarney tem toda razão em se preocupar com a definição de seu mandato, com a máxima urgência, e o Congresso deve acelarar essa discussão, mas é importante que antes disso a Constituinte defina qual o sistema de governo do país. A opinião é do líder do PTB na Câmara e na Constituinte, deputado Gastone Righi (SP).

Para Righi, a discussão em torno do mandato do presidente será mais um casuismo se não for precedida pela definição do sistema de governo. "Não adianta se tratar do apêndice sem se tratar do fato principal. De nada adianta a definição do mandato presidencial se não sabemos sob que regime iremos viver", afirmou Gastone Righi.

O líder do PTB afirmou que a determinação do sistema de governo é um ponto central não só para a discussão em torno do mandato do presidente, como, também, para dar base aos trabalhos em andamento em todas as comissões e sub-comissões da Constituinte. "E isso não vai custar nada, basta marcar uma tarde para discussão e votação da matéria no plenário da Constituinte que boa parte desse problema estará resolvido", concluiu.



Frota Neto disse que Sarney não impôs mandato à Assembléia

Novo recado à Constituinte

O presidente José Sarney mandou ontem novo recado à Assembléia Constituinte sobre a duração de seu mandato. Segundo ele, ao exigir da Aliança Democrática uma definição imediata do tema, não procurou impor nada à Assembléia, a quem cabe, em última análise, estabelecer nas disposições transitórias da nova Carta a duração do mandato e o regime de governo a vigorar no país a partir de sua promulgação.

Segundo o porta-voz Antônio Frota Neto, o presidente insiste na necessidade de os partidos da aliança chegarem a um denominador comum, e, não acontecendo isso, Sarney irá pessoalmente comandar esse processo. Frota explicou que nas conversas mantidas com os presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PFL, Aureliano Chaves, Sarney não vem sugerindo um período — cinco, quatro ou seis anos —, embora tenha deixado antever que deseja ver instituído o princípio da isonomia, isto é, que o próximo presidente tenha um mandato

semelhante ao seu. Essa hipótese daria a Sarney cinco anos de governo.

O presidente, conforme observou o porta-voz, tem uma preocupação constante com a estabilidade do governo e acha que a indefinição do mandato tem sido causa do desgaste da imagem do país junto à opinião pública internacional. Não é somente a imagem do presidente, enquanto pessoa, que Sarney quer resguardar, como também da instituição presidencial, "que é de todos, é da nação" — disse.

Dentro desse espírito, Sarney deseja tornar mais claras as suas opiniões, enquanto autor da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, sobre a nova Carta e o que nela está sendo colocado. Ontem mesmo, ao receber a direção do Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, o presidente José Sarney comunicou que deseja retomar as entrevistas coletivas, a serem transmitidas em cadeia para todo o país. Mesmo sem data definida, ele aceitou a sugestão de realizar uma delas no final do mês.

Brizola não exclui acordo para ser vice

Porto Alegre — Depois de observar que "está na cara" que haverá eleições diretas para a Presidência da República, por ser uma exigência da nação, o Presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, frisou que havendo uma exigência social para que ele seja candidato, "me sentirei muito honrado e não me escusarei dessa missão". Mas revelou que embora, em princípio, busque "a liderança maior" (candidatura à Presidência), não exclui a possibilidade de "uma coligação até mesmo como força de apoio" (candidatura à vice-presidência).

"Poderíamos até, se for necessário, atuar como força de coligação para a Presidência da República, como ocorria com o velho PTB." Numa longa entrevista telefônica à Rádio Gaúcha, desta capital, Brizola voltou a criticar o presidente Sarney por ter "esquecido de sua missão principal, a de ser um presidente transitório que deveria fortalecer as instituições democráticas", sugerindo que o governo Sarney deveria ser como o governo Sanguinetti, do Uruguai ("nada de cruzado, nada de austral, só administrando a crise").

Sobre seu destino político, Brizola salientou que "é como aquele velho ditado: quem foi rei sempre será majestade. Tenho uma longa vida pública exercida dignamente — deputado estadual, federal, aqui no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, governador dos Gaúchos, do Rio de Janeiro, deputado federal do Rio e agora presidente nacional do PDT. Nosso partido é a continuidade do velho PTB, de Getúlio Vargas, Pasqualini, João Goulart e procuro modestamente, mas com muita dedicação, representá-lo nesta quadra da história brasileira".

Retaliação

Quanto à hipótese de concorrer a vereador por São Paulo, Brizola não exclui essa possibilidade ("quem sabe? não me consideraria diminuído mas tudo dependerá do que venha a ocorrer"). Mas observou que vive uma fase de analisar os fatos políticos do País e responder a "essas alegações maldosas e atos mesquinhos de retaliação que nossos adversários do Rio de Janeiro vêm praticando".

Mas frisou que ele e o PDT "pensam grande. Nos preparamos para desempenhar grandes papéis". Ele considera que, por exigência da sociedade, o PDT apresentará candidato à Presidência da República e que se essa responsabilidade lhe couber, não se escusará de exercê-la. Brizola voltou a defender a realização de eleições diretas para a presidência da República, para legitimar o mandato presidencial, cuja autoridade está "muito precária".

Isso decorre, segundo Brizola, porque Sarney "trilhou caminhos e adotou práticas erradas", esquecendo-se de que era, apenas, um presidente de transição. Sarney "não devia ter assumido responsabilidades para as quais não se encontrava credenciado", como no caso do Plano Cruzado, que só serviu para "liberar preços para os grandes monopólios e deixar desindexados os salários".

PT entrega proposta de eleição em 88

O PT entregou ontem à mesa da Constituinte o seu projeto de Constituição. Em 273 artigos, a proposta prevê, dentre outras coisas, a manutenção do regime presidencialista, o fortalecimento do Poder Legislativo e eleições diretas 120 dias após a promulgação do novo texto. O artigo mais polêmico, no entanto, é o que legaliza o aborto, garantindo assistência médica necessária à mulher que se submeter à essa prática.

Dois pontos principais estruturam a Constituição do PT: a instauração dos direitos coletivos e individuais do ser humano, ampliando a liberdade do cidadão; e a ampliação de controle popular sobre o Estado. Assim, viabiliza a reforma agrária e urbana, assegurando o direito de propriedade sobre os bens fundamentais à vida, como moradia, transporte, e alimentação.

Segundo o líder do partido, Luis Inácio Lula da Silva, o PT não tem a pretensão de fazer aprovar todas as propostas. Na sua opinião, a Constituinte deveria dar mais atenção ao projeto por se tratar de um "resumo de ideias de grande parte da população".

Lula explicou também que a opção pelo regime presidencialista "surgiu da própria realidade do país". Para ele a adoção do sistema parlamentarista é inviável, justificando "com o despreparo do povo brasileiro e a fragilidade das instituições".